



Mensagem nº 003/2026 – GGMG

Brasília - DF, 04 de fevereiro de 2026.

TEMA: “AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O COMPROMISSO DO BRASIL COM AS FUTURAS GERAÇÕES”

Estimados Irmãos e Família Maçônica.

O Grande Oriente do Brasil (GOB), fiel aos princípios de ética, responsabilidade, solidariedade e amor à Pátria, reconhece que as mudanças climáticas constituem um dos maiores desafios civilizacionais do século XXI. O aquecimento global, a intensificação de eventos climáticos extremos, a perda de biodiversidade, a alteração do regime de chuvas e a crescente pressão sobre recursos hídricos, energéticos e alimentares impactam diretamente a qualidade de vida do povo brasileiro, com efeitos mais severos sobre as populações vulneráveis.

As contribuições dos Grandes Orientes Estaduais e das Lojas da Federação Gobiana indicam uma percepção geral no agravamento das mudanças climáticas fortemente associado ao consumo desenfreado e à geração de resíduos, ao desmatamento e às práticas inadequadas de uso do solo, à falta de educação ambiental e à gestão pública deficiente. Há entendimento majoritário de que o nível de conscientização da sociedade pode ser melhor e de que interesses econômicos e políticos constituem um dos principais obstáculos ao avanço de políticas climáticas eficazes.

O Brasil ocupa posição estratégica no cenário global: detém a maior floresta tropical do planeta, enorme potencial hídrico, solar e eólico, importante base agrícola e uma biodiversidade ímpar. Ao mesmo tempo, ainda subsidia fortemente combustíveis fósseis, convive com desmatamento ilegal e com padrões de produção e consumo que não expressam plenamente o compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com o Acordo



de Paris. O verdadeiro exercício da soberania nacional exige capacidade de conciliar desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

As contribuições recebidas evidenciam também a necessidade de vigilância para que a pauta climática não seja instrumentalizada de forma a fragilizar a soberania nacional ou comprometer o desenvolvimento do país. O GOB afirma que desenvolvimento e preservação não são inimigos: o verdadeiro progresso é aquele que garante prosperidade econômica, inclusão social e equilíbrio ecológico.

No âmbito interno, as análises apontam para a conveniência de que o GOB estruture instâncias permanentes de reflexão e ação sobre o tema, como grupos de trabalho ou comissões temáticas, com a finalidade de: sistematizar orientações às Lojas, elaborar materiais de formação, estimular projetos socioambientais locais, acompanhar a implementação da Agenda 2030 e dos compromissos climáticos assumidos pelo Brasil, sempre sob a ótica da ética, da ciência e da defesa do interesse nacional.

Aos Maçons à Família Maçônica, continuemos trabalhando em favor da harmonia, da paz e da concórdia entre nós e a sociedade, sempre focados na realidade e em nossa inteligência!

Segue em anexo as reflexões sobre:

1. As mudanças climáticas e o meio ambiente;
2. O compromisso com as futuras gerações.

Saudações fraternais,



ADEMIR CANDIDO DA SILVA

Grão-Mestre Geral



1. AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS e o MEIO AMBIENTE

O mundo em geral e o Brasil, de modo particular, vivenciam episódios de mudanças climáticas com graves consequências. É um tema complexo, sem dúvidas, e por essa razão faz-se necessário algumas reflexões sobre o nosso posicionamento em face do tema das mudanças climáticas e o compromisso do Brasil com as futuras gerações.

- Adotar o princípio da responsabilidade ambiental, reconhecendo que é possível e desejável conciliar o desenvolvimento socioeconômico e a exploração sustentável do meio ambiente.

- Considerar o ser humano como parte do meio ambiente.

- Respeitar a realidade e rejeitar as utopias, isto é, acatar a verdade científica e rejeitar a ideologia ambiental. Considerar que há controvérsias quanto às causas antrópicas das mudanças climáticas, o que recomenda cautela em relação às propostas de organismos internacionais capazes de ecoar interesses econômicos concorrentes da produção brasileira.

- Adoção do modelo de Desenvolvimento Sustentável, no sentido de preservar a natureza, mas sem prejuízo do progresso econômico e social. Para isso, fazer uso controlado dos recursos naturais (minerais, vegetais e animais), evitando a extinção das espécies; e avaliar o impacto ambiental dos projetos econômicos, para compensar os possíveis danos. Reconhecer que a atual legislação brasileira é uma das mais severas do mundo, sendo, portanto, adequada e suficiente.

- A floresta tropical amazônica deve ser protegida da exploração ilegal, ao mesmo tempo em que deve ser promovido o aproveitamento responsável dos recursos do território, inclusive de sua biodiversidade e dos minerais do subsolo, em favor dos quase 30 milhões de habitantes da comunidade nativa.

- Reconhecer o esforço em favor da autossustentabilidade do setor agropecuário nacional, inclusive no controle do uso de insumos e defensivos agrícolas essenciais à produção, cuja contribuição é imprescindível para a segurança alimentar do Brasil e de toda a humanidade.

- Considerar a água como elemento catalizador da preservação ambiental, por implicar o uso do solo, a proteção das nascentes, a vegetação ciliar e o emprego racional deste



precioso insumo. Que a outorga de água para consumo humano, irrigação agrícola e outros fins seja integrada nos âmbitos federal, estadual e municipal em seus múltiplos aspectos legais, tudo baseado em estudos técnicos isentos de influência política e ideológica.

- Controlar os recursos hídricos das áreas urbanas, o uso do solo e a poluição do ar e universalizar o saneamento urbano. Reconhecer que o crescimento desordenado das cidades induz à ocupação de áreas de risco. Que o saneamento básico é requisito vital de saúde pública e que não pode dispensar a contribuição dos recursos privados. Que o manejo dos resíduos sólidos urbanos deve ser universalizado, sendo recomendado e incentivado sempre que economicamente viável.

- Considerar a energia como insumo vital para o progresso coletivo, sendo o acesso às diversas fontes um direito das comunidades. A regra de transição dos combustíveis fósseis para outras formas mais limpas deve respeitar a escala da demanda e os estudos dos reflexos da sua geração, a fim de se adequar às demandas do desenvolvimento sustentável.

- Considerar que o setor mineral brasileiro oferece imenso potencial de contribuição para o desenvolvimento nacional, mas que seus projetos de exploração devem ser rigorosamente controlados, a fim de permitir o progresso e ao mesmo tempo, prevenir possíveis danos e impactos ambientais.

Nesse contexto, o GOB defende:

- o combate firme ao desmatamento ilegal e às atividades predatórias em todos os biomas;
- o fortalecimento das instituições e órgãos de fiscalização ambiental;
- o incentivo à transição energética justa, com expansão das energias renováveis e indução à inovação tecnológica;
- a promoção de uma bioeconomia que valorize a floresta em pé, as populações tradicionais e a biodiversidade;
- a melhoria das políticas urbanas, com ampliação de áreas verdes, gestão adequada de resíduos e mobilidade sustentável.



2. O COMPROMISSO COM AS FUTURAS GERAÇÕES

As futuras gerações herdarão o mundo que construímos hoje; por isso, a omissão diante da degradação ambiental é incompatível com os valores maçônicos.

O GOB entende que o compromisso do Brasil com as futuras gerações, frente às mudanças climáticas, deve se expressar em três dimensões complementares:

Dimensão ética e educativa – É imperativo ampliar a formação e a conscientização ambiental. As Lojas, enquanto espaços de estudo, reflexão e aperfeiçoamento moral, são chamadas a promover debates, palestras, oficinas e campanhas sobre sustentabilidade, consumo responsável, uso racional da água e da energia, reciclagem, economia circular e respeito à biodiversidade. A educação é apontada, reiteradamente, como a ferramenta mais poderosa para transformar comportamentos e formar cidadãos conscientes de seu papel na preservação do meio ambiente.

Dimensão prática e exemplar – O GOB reconhece que a coerência exige que nossas próprias práticas reflitam os valores que defendemos. Nesse sentido, incentiva-se que as Lojas adotem medidas concretas de sustentabilidade, tais como: redução de resíduos e estímulo à reciclagem, economia de água e energia, uso crescente de fontes renováveis, simplificação de materiais impressos, apoio a cooperativas de reciclagem, plantio de árvores e ações de preservação de áreas verdes. Pequenas ações individuais e coletivas, quando assumidas de forma permanente, produzem impacto positivo real e ajudam a consolidar uma cultura de responsabilidade ambiental.

Dimensão cívica e institucional – Como instituição historicamente comprometida com a defesa da Pátria, da justiça e do bem comum, a Maçonaria reconhece a importância de políticas públicas robustas para enfrentar as mudanças climáticas.

O Grande Oriente do Brasil, por meio de seus obreiros e de suas famílias, é conclamado a atuar como exemplo de cidadania responsável, multiplicando, em seu meio de convivência e atuação profissional, os valores de sobriedade no consumo, respeito à natureza, solidariedade para com os mais vulneráveis e compromisso com a justiça climática. O impacto das mudanças climáticas recai de forma desigual sobre diferentes grupos sociais; proteger os que



mais sofrem com enchentes, secas, ondas de calor, insegurança alimentar e hídrica é também expressão da fraternidade que professamos.

Assim, o Grande Oriente do Brasil reconhece a gravidade e a urgência do tema das mudanças climáticas; reafirma o dever moral de preservar o ambiente que nos cerca para as próximas gerações; conclama o Estado brasileiro, a sociedade civil e o setor produtivo a assumirem, com transparência e responsabilidade, os compromissos climáticos firmados pelo país; convoca todos os maçons do Brasil e suas famílias a serem agentes de transformação, unindo conhecimento, exemplo e ação em prol de um futuro sustentável, livre, justo e solidário.

Oriente de Brasília - DF, 31 de janeiro de 2026

Fraternalmente,



ADEMIR CANDIDO DA SILVA
Grão-Mestre Geral